



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 23 de Agosto de 2019

Para debatedor, método indiano pode ajudar ensino

O método indiano Sathya Sai Educare, que integra ensino convencional a conhecimentos para a formação do caráter, com o desenvolvimento de valores humanos, foi debatido ontem na Comissão de Educação (CE).

O presidente do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil, Rodrigo Cury, explicou que a técnica educativa não é muito diferente da aplicada hoje em dia nas escolas convencionais, no entanto, vai além de simplesmente fornecer informações e busca resgatar valores humanos que estão sendo perdidos.

— Algumas pessoas falam: devem ser crianças frágeis, que

falam em amor, amizade. Mas é o contrário, são crianças que se sentem seguras, que foram acolhidas, que puderam se expressar, que desenvolveram sua capacidade de autoconfiança, sua força interior, e por isso estão mais preparadas que as demais para enfrentar os desafios do dia a dia.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que solicitou a audiência, trouxe relatos sobre como a experiência da educação Sathya Sai foi transformadora em sua vida.

— Comecei a mergulhar com todas as minhas limitações e imperfeições nesse programa e percebi que os valores ali implantados, paz, amor, não

violência, retidão e verdade, fazem toda a diferença.

Os participantes cobraram mais interesse dos políticos na educação. O presidente do Instituto Myra Eliane, Igor Queiroz, criticou a falta de recursos.

Styvenson Valentim (Podemos-RN) questionou a fiscalização do Fundeb — principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil.

— Educação não é só dar dinheiro. Não é Fundeb bilionário e aplicar aonde nem se sabe onde está aplicando. É imprescindível ter dado estatístico, ter informação, saber com quem a gente está lidando — disse o senador.

Um país mal educado

CLAUDIA COSTIN

Em 2018, foi publicado um excelente livro de Daniel Barros, estudioso de políticas públicas, com o título “País Mal Educado: Por Que se Aprende Tão Pouco nas Escolas Brasileiras?”, abordando os desafios da educação brasileira e algumas boas práticas que vêm nos colocando no caminho correto. O tema é abordado na perspectiva do ensino formal e mostra como algumas escolhas feitas pelo Brasil no passado trouxeram dificuldades em assegurar aprendizagem de qualidade para todos no presente.

A boa educação, no entanto, associa-se também à polidez, ao saudável hábito de demonstrarmos respeito por outros seres humanos no trato cotidiano e nas conversas que temos com pessoas dentro e fora da nossa bolha.

As regras de etiqueta, longe de serem um ritual sem sentido ou ultrapassado, envolvem fórmulas simplificadas para enviar sinais a nossos interlocutores de que entendemos que compartilhamos a mesma condição humana. Trata-se

de parte do ferramental que foi se desenvolvendo no nosso processo civilizatório.

Sim, há pessoas hipócritas que usam linguagem polida para desrespeitar e agredir quem é considerado, por algum critério, inferior ou quem tem visões de mundo distintas, mas isso não desqualifica o uso da boa educação.

Ela pode ser um excelente auxiliar na construção de uma comunicação não agressiva que nos possibilite criar pontes hoje tão raras, no nosso polarizado cenário político.

Afinal, não sairemos da crise civilizatória que vivemos e da armadilha paralisante de ataques mútuos, enquanto não dialogarmos para poder elaborar uma agenda mínima de políticas públicas a serem implementadas. E há quem prefira participar de polêmicas levantadas a cada tuíte oficial a discutir a difícil construção de uma sociedade mais justa, plural e desenvolvida.

E isso não ocorre apenas no

Brasil. No 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, nesta semana, Lynell Hancock, da escola de jornalismo da Universidade Columbia, ao se referir ao contexto americano, disse que “certa cobertura de rumores, tuítes e funcionários públicos que podem ou não cair, tira o foco do que é mais pertinente para nossas democracias: a educação”.

É fundamental, neste sentido, que abandonemos as trincheiras que parecem nos proteger da opinião de outros e nos permitem atirar de volta a cada agressão recebida, e possamos assim buscar parceiros de jornada na construção de políticas públicas de qualidade, mesmo que deles discordemos em alguns pontos. Para isso a boa educação, nos dois sentidos do termo, é um bom ponto de partida e permite que nos foquemos no que é mais importante.

Afinal, temos um país mal educado para consertar!

O 'chiqueirinho' de Paulo Guedes

CESAR CALLEGARI

O ministro da Economia, Paulo Guedes, está propondo uma perigosa mudança na Constituição Federal ao eliminar os dispositivos que hoje garantem e direcionam recursos orçamentários para setores estratégicos, como a educação. Para ele, é preciso acabar com o que chama pejorativamente de “chiqueirinhos”.

O “chiqueirinho da educação” é instituído pelo artigo 212 da Constituição, que determina que a União aplique no ensino público pelo menos 18% de sua receita de impostos; já os estados e municípios, no mínimo 25%. Na educação básica, 40 milhões de crianças, jovens e adultos, seus 2 milhões de professores e suas 142 mil escolas dependem desse dinheiro, que, como sabemos, é insuficiente. Nosso investimento em educação (6% do PIB) está muito abaixo do que é preconizado pela Lei do Plano Nacional de Educação (10% do PIB), comprometendo qualidade e equidade.

O gasto anual per capita na formação escolar de um jovem brasileiro (US\$ 3.837) é menos da metade da média dos países membros da OCDE (Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), de US\$ 10.106. No Brasil ainda há 1,5 milhão de crianças e jovens fora da escola, e a remuneração dos professores é 30% mais baixa do que a de outros profissionais com a mesma formação.

Além disso, as iniquidades são gritantes. Apenas 14% dos alunos em condição de pobreza aprendem a ler ao final do ciclo de alfabetização, aos 8 anos de idade. Entre os jovens, só 9% dos que concluem o ensino médio têm conhecimentos adequados em matemática —essa taxa cai para 3% entre os mais pobres. Investir mais, melhor e com regularidade é a chave para o enfrentamento desses problemas. Graças ao fluxo regular de financiamento garantido por lei, temos conseguido avanços importantes.

Nossas universidades públicas cresceram, são muito melhores do que as particulares e quase tudo o que produzimos em ciência e tecnologia depende delas. Praticamente universalizamos o ensino fundamental e já ultrapassamos as metas de qualidade para os anos iniciais. Exemplos de

êxito não faltam: as matrículas em creches dobraram nos últimos anos; o estado do Ceará é referência em alfabetização na idade certa; e Pernambuco se tornou um paradigma no ensino médio.

Tudo isso só tem sido possível porque os gestores sabem que podem contar com o “dinheiro carimbado” da educação. E que, ao construir escolas e ampliar vagas, poderão contratar professores e matricular alunos, assumindo com eles responsabilidades duradouras e, até certo ponto, protegidas de oscilações e descontinuidades administrativas.

A proposta de Guedes —ao dar total liberdade aos agentes políticos federais, estaduais e municipais decidirem, a cada ano, sobre o montante do orçamento a ser destinado para o ensino público— cria uma instabilidade de consequências catastróficas e pode reduzir ainda mais os recursos disponíveis para o setor.

Em um país onde alguns veem a educação, professores e pesquisadores como ameaças, não seria incomum ela ser preterida no jogo de interesses menores. Diante





desse quadro, todo cuidado é pouco. Lembrando que nossa tradição de garantir pela lei os recursos básicos para a educação remonta do século 18 e só foi interrompida, sintomaticamente, nos períodos ditatoriais de Vargas e dos militares.

Garantias constitucionais não são “chiqueirinhos”. E autoridades governamentais devem tratar com mais respeito as conquistas sociais estabelecidas na Carta Magna. É necessário reagir. Governadores do Nordeste brasileiro já se manifestaram repudiando a iniciativa —e com razão. Nessa região há muitos municípios onde vivem as famílias mais pobres e que seriam duramente afetadas com o fim do suporte financeiro mínimo obrigatório para serviços públicos essenciais.

É preciso entender que educação é política de Estado, de longo prazo,

e não apenas de governo. É direito, não uma mercadoria, e suas verbas não podem ser convertidas em moeda flutuante em disputas políticas de ocasião.

Lutar por mais recursos e defender as vinculações constitucionais, mantendo e aperfeiçoando os mecanismos de distribuição, como o Fundeb (fundo para a educação básica), é tarefa prioritária para todos que se preocupam com a formação de nossas crianças e jovens e com o destino do Brasil.

Cesar Callegari

Sociólogo, ex-secretário de Educação Básica do MEC (2012-13, governo Dilma), ex-secretário municipal da Educação de São Paulo (2013-15, gestão Haddad) e autor de 'O Fundeb' (ed. Aquariana)

General da reserva vai ocupar diretoria que cuida do Enem, sem chefe desde maio

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza foi escolhido pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) para assumir a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, órgão do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) responsável por ações como o Enem. O cargo estava vago desde maio e, ao longo deste ano, ficou cerca de cinco meses desocupado.

Sem experiência em avaliação educacional, Souza fez doutorado em Altos Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército — ele defendeu a tese “A inteligência e a guerra eletrônica no contexto da guer-

ra da informação”. As informações são da plataforma Lattes.

O militar também acumulou um mestrado na escola do Exército dos Estados Unidos. Como general de brigada, chefiou o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército e o Centro de Defesa Cibernética do Exército, quando coordenou a área de Segurança e Defesa Cibernética durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

A escolha do militar, publicada pelo jornal O Globo, foi confirmada à Folha pelo governo. A nomeação é esperada para os próximos dias.

A vacância na diretoria do Inep tem comprometido o andamento de ações do

órgão e desestimulado a equipe, de acordo com servidores do instituto.

A decisão de trazer um militar para essa diretoria, de natureza técnica e pedagógica, causou estranhamento interno no instituto desde a última semana por causa da falta de intimidade com o tema. Souza será a quinta pessoa a assumir o cargo desde janeiro.

Atrasos no cronograma do Saeb, a avaliação federal que compõe o Ideb (Índice de Desenvolvimento à Educação), preocupam a área técnica. Já os preparativos para o Enem, também de responsabilidade da diretoria, estão em estágio mais confortável após transtornos com a escolha da gráfica.

O papel do professor na sala de aula

**LEONORA PILON
QUINTAS**

Graduada em pedagogia, MBA em gestão educacional. Atualmente, gerente de Avaliação da Ânima Educação

**DENISE ELIZABETH
HIMPEL**

Graduada em letras, mestre em educação e cultura, MBA em gestão empresarial. Atualmente, gerente do Ensino Híbrido na Ânima Educação

**MÁRCIA MARIA DE
FREITAS HAUSS**

Mestre e especialista em educação e ensino de matemática pela PUC Minas. Licenciada em matemática pela UFMG. Capacitação para formação de professores de matemática e ciências pelo PED-Brasil-Stanford University-Fundação Lemann. Gerente da Formação Docente na Ânima Educação

Para iniciar o diálogo sobre o tema, vamos começar com uma pergunta: você já viu ou vivenciou uma situação na qual o professor aponta um erro ao aluno, e esse sai apagando tudo e reproduz a resposta dada pelo professor? Essa é uma exemplificação bastante simples e corriqueira: a resposta da verdade

expressa pelo professor cria um abismo entre o que o estudante sabe e aquilo que deveria saber.

Esse cenário educacional bastante comum nas salas de aulas traz consigo uma história alicerçada na função da educação que, por muito tempo, manteve o professor no centro das relações ensino-aprendizagem, único detentor dos saberes e delegando o insucesso exclusivamente ao aluno. Não se trata aqui de culpar os envolvidos, mas de situar claramente a função e responsabilidade de cada um.

Então, resgatamos um conceito de suma importância, a autonomia. O estudante deveria ser capaz de justificar suas escolhas autonomamente, em detrimento daquela resposta produzida pela obediência heterônoma. Muitos autores da literatura e experiências nacionais e internacionais apontam que, para a construção do conhecimento, o estudante necessita agir sobre e com os objetos da aprendizagem, assumindo uma postura investigativa sobre os seus próprios mecanismos para aprender. Esse comportamento possibilita ao estudante ser o protagonista do seu percurso formativo.

Nesse sentido, cabe ao educador ajudá-lo a transformar as estratégias intuitivas em conhecimento explícito para desenvolver a capacidade para coordenar e adaptar os

conhecimentos construídos em novas situações. Mediante essa intenção, a aprendizagem não pode ocorrer segmentada por definições e modelos, mas na atividade de resolução de problemas enquanto metodologia para a construção das diferentes ideias que compõem um conceito.

Além disso, o conteudismo se distancia cada vez mais das tendências atuais: um ensino estruturado por habilidades e competências. O modelo disciplinar isoladamente implica uma formação fragmentada inviabilizando a capacidade de articular e sintetizar os saberes de forma interdisciplinar. Nessa perspectiva, mais difícil ainda é formar um professor capaz de lidar com gerações tão diferentes dele mesmo e com um currículo escolar no qual predomina a dissonância entre teoria e prática. E quando se trata da licenciatura em Pedagogia no Ensino Superior, essa perspectiva é alarmante!

Convém salientar uma pesquisa de Bernardete Gatti (2010) que, ao estudar os currículos de pedagogia e algumas licenciaturas, indicou que apenas 0,6% deles estavam relacionados ao fazer docente. Também ressaltamos o relatório publicado pela ONG Todos pela Educação, denominado Educação Já, no qual a Pesquisa Profissão Docente indica que 71% dos professores afirmam a formação





inicial no ensino superior ser insuficiente para a prática como docente.

Quando o currículo brasileiro é comparado, torna-se visível o não atendimento às necessidades de uma formação integral que corrobore para transformar o país pela educação. Então, como deve ser o currículo da licenciatura para formar professores e estudantes protagonistas? Quando o currículo brasileiro é comparado, torna-se visível o não atendimento às necessidades de uma formação integral que corrobore para transformar o país pela educação. Então, como deve ser o currículo da licenciatura para formar professores e estudantes protagonistas?

Acreditamos que esse caminho passe pelo desenvolvimento do protagonismo do aluno, tendo seus professores atuando como mentores e mediadores na construção do conhecimento, como é o caso da proposta curricular adotada no Grupo Ânima em seu novo curso de pedagogia. São exemplos que merecem ser observados. Fato é que tais indicativos apresentados nos colocam algumas possibilidades. Agora, temos pela frente o desafio de concretizá-lo!

Siga o dinheiro

R\$ 96.510.593

É o valor previsto em pregão eletrônico da Secretaria de Educação para confecção e distribuição de kits de uniforme escolar para estudantes da rede pública de ensino do DF.